



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

GISELE ALVES MACHADO

**A INFLUÊNCIA DO GÊNERO E DA RAÇA NA ESCOLHA DA
MULHER NEGRA PELA PROFISSÃO DOCENTE**

**LAVRAS - MG
2019**

GISELE ALVES MACHADO

**A INFLUÊNCIA DO GÊNERO E DA RAÇA NA ESCOLHA DA
MULHER NEGRA PELA PROFISSÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Federal de Lavras - UFLA como
parte das exigências do Curso de
Pedagogia, para obtenção do
título de licenciado.

Prof(a). Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora

**LAVRAS- MG
2019**

GISELE ALVES MACHADO

**A INFLUÊNCIA DO GÊNERO E DA RAÇA NA ESCOLHA DA
MULHER NEGRA PELA PROFISSÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Federal de Lavras - UFLA como
parte das exigências do Curso de
Pedagogia, para obtenção do
título de licenciado.

APROVADA em ____ de _____ de 2019,

Prof (a). Dra. Aline Cristina de Lima Dantas

UFLA

Prof(a). Dra. Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões

UFLA

Dra. Luciana Soares da Silva
Orientadora

**LAVRAS-MG
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família que vem me apoiando e me dando forças para continuar.

À Universidade Federal de Lavras (UFLA) e ao Departamento de Educação (DED), pela oportunidade concedida para realização do curso e por todo apoio durante todo o percurso.

A todos os professores e professoras do Departamento de Educação da UFLA, pela troca de conhecimentos durante o processo de ensino e aprendizagem do curso, pelos ensinamentos transmitidos e o incentivo durante todos os anos da graduação.

Agradeço imensamente a minha professora orientadora Luciana Soares da Silva, por toda a sua ajuda e apoio para concluir este trabalho.

A todas professoras que participaram das entrevistas contribuíram de forma espontânea e relevante para a construção da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para concluir essa importante etapa da minha vida.

A todos, muito obrigada!

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso focaliza a mulher negra no Brasil, a partir do recorte da sua atuação no magistério. Assim, tem-se como objetivo pesquisar e causar reflexão sobre a docência da mulher negra, desde a escolha pela profissão e os altos índices de docentes negras na educação básica, buscando compreender os porquês dos dados e apoiando-se em uma análise da história dessas mulheres. Visa-se também analisar docentes atuantes na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, no tocante às questões de raça e de gênero, verificando se a discriminação afeta no seu crescimento profissional. A pesquisa, assim, tem um cunho qualitativo, pautando-se na revisão de literatura da temática proposta e nos procedimentos metodológicos de estudo de caso, contando como sujeitos docentes de uma escola pública da periferia de uma cidade do sul de Minas Gerais. Concluímos que as professoras optaram por negar que as relações de gênero influenciam na escolha profissional e não demonstraram relevância nas discussões acerca de raça.

Palavras-chave: mulher negra, educação, gênero.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 Raça	9
2.2 Racismo	11
2.3 Sexismo	13
2.4 Classe	15
2.5 Mulher negra, educação e mercado de trabalho	16
3. METODOLOGIA	27
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO	28
4.1 Caracterização da Escola	28
4.2 Autodeclaração e Formação	29
4.3 Motivação para a escolha da profissão	30
4.4 Influência do gênero na escolha pela profissão e permanência na Educação Básica	30
4.5 Discriminação racial	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
6. REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES E ANEXOS	38
APÊNDICE A- Roteiro de Entrevistas	39
APÊNDICE B- Autorização para Coleta de Dados	40
ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	41
ANEXO B- Parecer consubstanciado do CEP	43

1. INTRODUÇÃO

A escolha pelo tema se deu até mesmo antes de ingressar no ensino superior. Durante o ensino médio sempre realizei diversas leituras sobre a solidão da mulher negra, mas por ser um tema que é muito marginalizado, sempre que pretendia falar sobre o assunto eu era tratada como se me tivesse vitimizando, e que as oportunidades são iguais para todos.

As leituras sobre a solidão me fizeram refletir sobre como a opressão de raça e gênero influencia na vida de mulheres negras no mercado de trabalho. E aproximando o tema para a minha escolha profissional me deparei com a feminização, e a desvalorização do magistério.

Sendo eu, uma mulher negra, periférica, e a única de minha família materna e paterna, a cursar o Ensino Superior, a elaboração desse trabalho provoca um misto de sensações e reflexões, que faz com que eu seja também uma protagonista dessa pesquisa.

Este trabalho busca causar uma reflexão sobre a atuação da mulher negra no Brasil, a partir do recorte da sua atuação no magistério. Visa-se analisar docentes atuantes na educação infantil e no ensino fundamental, em uma escola pública da periferia de uma cidade do sul de Minas Gerais, no tocante às questões de raça e de gênero.

A pesquisa tem por finalidade explorar se as questões de raça e de gênero afetam no crescimento profissional. Tendo em vista que o trabalho escravo no Brasil perdurou por mais de quatro séculos, e quando foi dada a “liberdade”, o negro/a passou a viver na miséria, sem condições dignas, marginalizado, e nem sequer ser visto como humano.

Após assinada a Lei Áurea, em 1888, não foi feita nenhuma medida para que se incluísse o escravizado liberto no mercado de trabalho, nos estudos, para que o levasse a ter uma condição de vida digna. Essa trajetória histórica marcou a população negra e, em especial, a mulher negra, essa que é duplamente oprimida, em relação a raça e gênero. Com isso, os escravizados recém-libertos passaram a ter uma condição precária de vida, o que reflete atualmente o racismo que é tão presente e marcante em nossa sociedade (ROSSI, 2018).

Em meio a todos os acontecimentos, encontra-se a mulher negra, em que a exclusão ocorre de forma mais presente, já que sofre, além do racismo, o sexismo. Durante toda a

escravidão, e o que se reflete atualmente, a mulher negra teve sempre uma posição de submissão, sempre foi vista para servir, seja na casa grande, ou então senzala. Marcada pela escravidão, pelo racismo e pelo sexismo, a mulher negra se mantém em uma posição inferior até mesmo dos homens negros na pirâmide social (Wissenbach, 1988, p. 131-214), na qual primeiro vem o homem branco, seguido pela mulher branca, pelo homem negro, e por último a mulher negra.

Nesse contexto de exclusão, o trabalho tem como principal objetivo pesquisar a docência da mulher negra, e como objetivos secundários investigar o porquê da escolha pelo magistério, analisar de que forma o racismo e o sexismo influenciam na docência das professoras negras e analisar os possíveis motivos da permanência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Federal de Lavras (UFLA), cadastro número 3.589.506 conforme cópia em anexo.

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, pautando-se na revisão de literatura da temática proposta e nos procedimentos metodológicos do estudo de caso, contando como sujeitos docentes de uma escola pública da periferia de uma cidade do sul de Minas Gerais.

O trabalho está estruturado em três etapas: fundamentação teórica, metodologia e análise e discussão. A fundamentação teórica se subdivide em: Raça; Racismo; Sexismo; Mulher negra, educação e mercado de trabalho. Em seguida, apresenta-se a metodologia que foi usada na pesquisa. Depois, é apresentado a análise e discussão das entrevistas e, por fim, as considerações finais acerca de todo trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Raça

Segundo Guimarães (1999, p.21), as concepções de raças em alguns países são bem comuns, em que todos têm um sexo, uma idade, e também uma raça. Mas os biólogos e antropólogos físicos passaram a evitar o termo “raça” por ser irrelevante para a ciência. E em alguns países incluindo o Brasil, o termo não faz parte do vocabulário culto, e é mais usado por pessoas em movimentos sociais, em que essas se sentem discriminadas por sua cor. Para Guimarães (1999, p. 21-22), as pessoas preferem negar ao uso do termo “raça”, por não acreditarem, pois, a Biologia nega que existam raças humanas. Ou então porque consideram que o termo é opressivo, e só tem serventia para perpetuar as desigualdades entre os grupos humanos.

De acordo com Guimarães (1999, p.23), “raça” é um conceito relativamente recente, e que antes que tivesse conotação biológica, o termo significou por muito tempo “um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum”. E que as conotações biológicas do termo raça, são ainda mais recentes, que a partir do século XIX passou a ser usadas para seres humanos distintos fisicamente e em termos de capacidade mental. Essas teorias perderam a vigência, e então raça passou a significar indivíduos da mesma espécie que estão isolados de outros indivíduos pertencentes à mesma espécie. Essa definição de raça passou a ser desconsiderada pela biologia após a Segunda Guerra Mundial.

Como ressalta Rocha (2005, p.34), após o massacre de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Unesco, intensificou os debates sobre o conceito de raça reuniu três grandes oportunidades de 1947, 1951 e 1964 em pesquisadores de diferentes campos dentre eles cientistas, geneticistas e biólogos. Que tinham por objetivo discutir sobre o conceito “raça”, e como ele vinha sendo utilizado por biólogos e sociólogos, e contribuir na prevenção de possíveis novos conflitos. John Rex relator dos sociólogos chamou atenção para a forma como os biólogos caracterizam o conceito raça e o de população.

(1) Raça é um conceito taxonômico de limitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído, com vantagens, pela noção de população. Enquanto o primeiro termo refere-se a ‘grupos humanos que apresentam diferenças físicas bem marcadas e primordialmente hereditárias’, o segundo refere-se a ‘grupos cujos

membros casam-se com outros membros do grupo mais frequentemente que com pessoas de fora do grupo' e, desse modo, apresentam um leque de características genéticas relativamente limitado. De qualquer modo, chamaram-se esses grupos de raças ou populações, os especialistas concordam que os grupos humanos da população constituem um continuum, e que a diversidade genética dentro dos grupos é provavelmente tão grande quanto aquela entre os grupos.

(1) Concorda-se que as características humanas perceptíveis são, em quase todos os casos, o resultado de fatores biológicos e ambientais. A única diferença que poderia ser atribuída à herança biológica deveria estar relacionada com os grupos sanguíneos e as populações que compartilharam desse mesmo grupo. Desse modo, não coincide de nenhuma maneira com as 'raças', no uso popular do termo. (REX, 1983, p. 05)

Para Rocha (2005, p.52), é desta última perspectiva que o conceito raça vem sendo utilizado no campo da Sociologia, nos estudos das relações sociais. Mesmo que a ideia de raça não seja mais usada na biologia. Nos estudos sociais, o termo raça tem por objetivo denunciar e sustentar a produção e reprodução de ideologias racistas.

Dessa maneira, usa-se a definição de raça, entendendo-a como construção social, podendo assim ser usada como *constructo* sociológico e analítico para se compreenderem fatos historicamente marcados pelo racismo, que podem se instalar no contexto de sociedades racializadas. Para Guimarães (1999, p. 28-29), "(...) o conceito de 'raça' não faz sentido senão no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, à qual chamarei de racialismo".

Segundo Rocha (2005, p.37), o termo racialismo surgiu nas análises produzidas na década de 1970, simultaneamente com a discussão quanto ao uso do conceito raça enquanto construção social. Denomina-se racialismo o conjunto de ideias, crenças e vocabulários que são formulados pelo senso comum. E que podem ser usadas para evidenciar, ou não, a discriminação racial. E quando as teorias racialistas se associam a uma ideia de superioridade racial, justificam e sustentam uma ideologia racista.

Dessa forma, Guimarães (1999, p.2) ressalta que é necessário ver o racismo em dois pontos.

(...) primeiro, trata-se de um sistema de marcas físicas (percebidas como indelévels e hereditárias), ao qual se associa uma “essência”, que consiste em valores morais, intelectuais e culturais. Segundo, apesar de todo racismo necessitar da ideia de “sangue”, como veículo transmissor dessa “essência”, as regras de transmissão podem variar, amplamente, segundo os diferentes raciaismos. (GUIMARÃES, 1999, p. 2)

Para Guimarães quando afirma que o racismo é um “sistema de marcas físicas” (entendidas como “indelévels e hereditárias”): marcas estas às quais se associa uma essência formada por “valores morais, intelectuais e culturais”. Em segundo lugar, entende que todo racismo necessita da ideia de “sangue”, mas reconhece que as “regras de transmissão” dos diferentes raciaismos podem variar.

2.2 Racismo

Assim como raça, o termo racismo tem sido usado em diferentes conceituações, como afirma Rocha (2005, p.38). Para Munanga (2003, p. 27), o termo racismo foi introduzido no vocabulário ocidental em 1920, e que lhe é atribuída uma conceituação estritamente ideológica:

(...) uma teoria essencialista que postula a divisão em grandes grupos chamados raças contrastados que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estes últimos suportes de características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003, p. 27)

Para Appiah (1997, p. 64), pode se classificar o racismo em intrínseco e extrínseco. O racismo extrínseco seria então “distinções morais entre os membros das diferentes raças”, acreditando, tais racistas, “que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes”, utilizando-se do conceito de raça para oprimir e estimular o ódio contra um grupo específico de pessoas, tal como ocorrido com o racismo nazista; no

racismo intrínseco, às “pessoas que estabelecem diferenças morais entre os membros das diferentes raças” acreditam “que cada raça tem um ‘status’ moral diferente, independentemente das características compartilhadas por seus membros”.

Os dois são ideológicos, mas identificando-se algumas diferenças entre eles, onde o “intrínseco declara que certo grupo é objetável, sejam quais forem seus traços”, e o “extrínseco fundamenta suas aversões em alegações sobre características objetáveis”. Para o autor, o racismo intrínseco pode ser considerado como um erro moral, enquanto o racismo extrínseco baseia-se em falsas crenças.

Guimarães (1999, p. 62-63) acredita que a conceituação de racismo integra uma dimensão estrutural e a dimensão simbólica (ideológica) na produção e sustentação das desigualdades raciais.

Assim como afirma Guimarães (1999, p. 62-63)

(...) o termo racismo denota, sempre, três dimensões: uma concepção de raças biológicas (racialismo); uma atitude moral em tratar de modo diferente membros de diferentes raças, e uma posição estrutural de desigualdade social entre raças. Ora, é claro que a negação da existência das raças pode sub existir, *pari passu*, com o tratamento discriminatório e com a reprodução da desigualdade social entre as raças, desde que se encontre um tropo para as raças. Foi o que aconteceu no Brasil. (GUIMARÃES, 1999, p. 62-63)

Desse modo, estabeleceu-se uma escala de valores entre as chamadas raças, “erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (Munanga, 2003, p. 35). Rocha (2005, p. 40), o conceito racismo vem sendo adotado se analisando sua construção histórica. As expressões do racismo contemporâneo não são as mesmas do racismo após a abolição, isso porque os negros ascenderam no mercado de trabalho livre, e de certa forma se escolarizar e passaram até mesmo a disputar vagas no ensino superior com brancos. Sendo assim, o conceito dá sustentação e produção das desigualdades mudaram.

Sendo assim, do final do século XX e início do século XXI vemos a mudança do racismo biológico do século XIX para um racismo cultural.

Já no fim do século passado e início deste século, o racismo não precisa mais do conceito de raça no sentido biológico para decretar a

existência de diferenças insuperáveis entre grupos. Além da essencialização somático – biológica, o estudo sobre o racismo deve integrar outros tipos de essencialização, em especial a essencialização histórico-cultural. (MUNANGA, 2003, p. 40)

Porém para Guimarães (1999, p.34-35) faz uma crítica quanto a ampliação do conceito de racismo que permitisse incluir de forma justificativa a superioridade de um grupo sobre o outro, seja em relação a gênero, classe, idade, dentre outros. Para ele, o termo racismo deve ser designado aos casos em que o preconceito e a discriminação pressupõem ou se referem à ideia de ‘raça’ de maneira central” mesmo quando “seu nome não seja pronunciado” (Guimarães, 1999, p. 34-35).

Segundo o antropólogo João Baptista Borges Pereira, “As primeiras tentativas científicas de analisar as raças humanas levaram quase sempre à conclusão de que algumas eram mais inteligentes e criativas – ou seja, superiores – às outras. O resultado foram as tentativas de criar uma raça “pura” e as ideologias que levaram a genocídios. As tragédias geradas por essas teorias fizeram a ciência aceitar que as raças não tinham nada de biológico e que eram apenas um produto da sociedade”. Ou seja, a classificação científica de divisões de raças propicia subsídios para massacres, como foi o nazismo alemão.

Pode-se então concluir que o racismo brasileiro tem uma fundamentação histórica que, postulando a supressão categórica da população negra e, também, da indígena, vistas como subordinadas e inferiores, manifesta-se através da discriminação e exclusão ideologicamente justificadas pelas diferenças apontadas nos indivíduos discriminados.

2.3 Sexismo

A palavra alemã *sexismus* tem origem no inglês norte- americano como aponta Kerner (2012, p.45). O termo de origem *sexism* foi, por sua vez, criado por analogia ao termo *racism* nos anos de 1960. Para Formiga (2011, p.199) o sexismo se trata sobre a discriminação fundamentada pelo sexo.

Araújo (2006, 48-59) busca esclarecer as diferenças entre os termos gênero e sexismo. O termo gênero é a construção social do que é ser feminino ou masculino, já o sexismo seria a discriminação baseada no sexo de cada pessoa.

De acordo com Madureira (2007, p.76), o sexismo corresponde a uma separação exclusiva entre os gêneros masculino e feminino, o estabelecimento de relações de poder desiguais e à associação de significados pejorativos em relação a um dos gêneros.

A diferença entre machismo e sexismo é que o machismo é o preconceito e a discriminação contra mulheres. O sexismo atua de forma horizontal, atingindo não só as mulheres, mas também os homens. Assim, a lógica sexista agride homens e mulheres, pois ao separar elementos, condutas responsabilidades e tarefas por sexo através do processo de socialização, também limita a vida de todos os que optam por não seguir o que seria esperado para seu sexo. O sexismo se trata de uma atitude discriminatória que define quais usos e costumes devem ser respeitados/realizados por cada sexo, desde o modo de vestir até o comportamento social adequado. Ser sexista não é um comportamento somente do grupo masculino, pois mulheres e gays também podem ter comportamentos sexistas. Como por exemplo, a separação de cores, rosa para meninas, azul para meninos, separação de brincadeiras pelo sexo e assim adiante.

Para Bandeira (2009, p.429), “Ser homem ou ser mulher, muito mais do que uma determinação biológica, é uma questão ligada a modelos culturais impostos e idealizados por um grupo social dominante”. Para Formiga (2011, p.199), o sexismo é a discriminação em relação às mulheres, e para que ele possa ser combatido é preciso seja reconhecido. Por essa razão, o autor desenvolve suas pesquisas a respeito do sexismo a partir dos estudos de Formiga (2011 apud Glick e Fiske 1996) os quais apontaram a existência do sexismo ambivalente. A ambivalência do sexismo mostra uma dupla postura que este assume na vida das pessoas: a forma benéfica e a forma hostil. O sexismo hostil é uma expressão explícita de preconceito contra as mulheres, já o sexismo benéfico seria toda atitude onde os homens se posicionam como protetores/superiores das indefesas e frágeis mulheres.

O sexismo ambivalente é compreendido como um conjunto de estereótipos sobre a avaliação cognitiva, afetiva e atitudinal acerca do papel apropriado na sociedade dirigida aos indivíduos de acordo com o sexo. As formas de sexismo são ambivalentes, não somente porque são indiretas, mas também, por acarretar emoções negativas e positivas, as quais de dupla valência afetivas, principalmente, quando se considera sua prática e expressão discriminatória tradicional, as quais se apresentam como sexismo hostil e sexismo benévolo. (FORMIGA, 2013, p.1)

A violência de gênero é a consequência mais grave do sexismo. De acordo com Ramos et al (2013, p.333) tal tipo de violência tem origem nos modelos de masculinidades e feminilidades impostos culturalmente, em que se seguem padrões preconceituosos sobre o que é ser homem ou mulher. “Portanto, no nosso entender, as atuações preventivas devem centrar-se nos ditos sistemas de crenças presentes em crianças, adolescentes e jovens, com a intenção de neutralizar os possíveis enviesamentos sexistas que podem ter sido internalizados” (Ramos et al 2013, p.333) Mas, para que o sexismo possa ser combatido, ele deve ser reconhecido. Pois é uma demanda social grande, em que, mesmo de maneira hostil, ele vem a ser prejudicial na vida de mulheres e homens.

2.4 Classe

O sociólogo Karl Marx foi um dos pioneiros a desenvolver uma teoria de classes sociais, para o autor no modo de produção capitalista, os proprietários dos meios de produção e os proletários detentores unicamente da sua força de trabalho. A classe social é definida como o conjunto dos agentes sociais colocados nas mesmas condições no processo de produção e que têm afinidades ideológicas e políticas.

A divisão da sociedade em classes é consequência dos diferentes papéis ocupados pelos grupos sociais no processo de produção. É do papel ocupado por cada classe que depende o nível de fortuna e rendimento, o gênero de vida e numerosas características culturais das diferentes classes. As classes caracterizam-se pela ideologia de classe – conjunto de traços culturais, englobando doutrinas, crenças, princípios morais, ideais, etc.

Uma classe social só existe plenamente quando toma consciência da sua existência através da luta, nuns casos para manter os privilégios, noutros para destruir a dominação que sobre ela se exerce. A luta de classe é, assim, um elemento essencial da sua afirmação e tomada de consciência.

Para Silva (2000, p.108) diversos autores discutem a situação do negro em que se tem a preocupação em destacar a classe em detrimento da raça, para a autora a justificativa seria a situação do negro na sociedade estaria baseada na sua cor, portanto a alegação para os baixos níveis sociais era a inferioridade estaria baseada na cor.

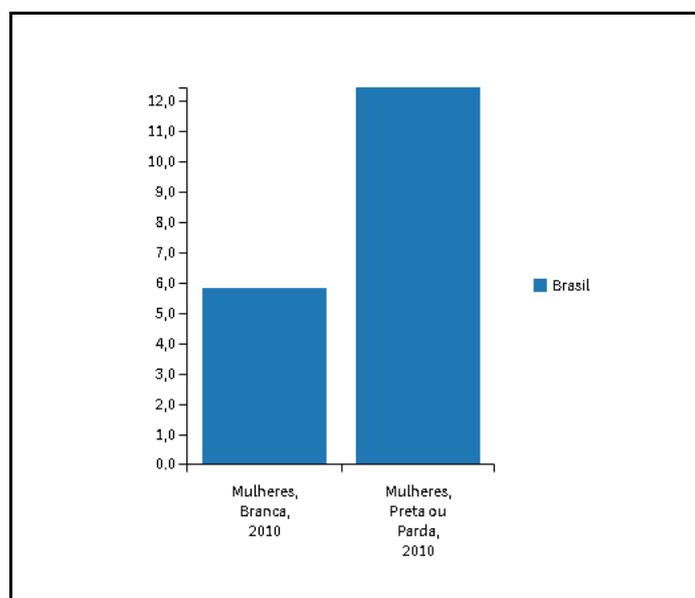
Desse modo as relações de opressão de classe estão diretamente ligadas ao racismo, “A ideologia de que as distâncias sociais são motivadas apenas pela questão econômica é fortemente sustentada pela bandeira da falsa democracia racial. ”, para Silva o pensamento do brasileiro é que ser pobre está ligado apenas a sua condição financeira, e assim é com o negro, injustiçado apenas por sua relação à pobreza.

2.5 Mulher negra, educação e mercado de trabalho

Para iniciar a discussão sobre a opressão de raça e gênero em relação à mulher negra, trago alguns dos dados estatísticos sobre educação e mercado de trabalho, com o intuito de demonstrar o porquê do afastamento dessas mulheres em diferentes camadas sociais.

Identifica-se que apenas 1.836.468 delas completam o ensino superior, enquanto que o de mulheres brancas com ensino superior completo chega a 5.221.821, o que quase 3 vezes maior que o número de pretas e pardas como aponta pesquisas realizadas pelo IBGE (2010).

Gráfico 1- Taxa de Analfabetismo ¹

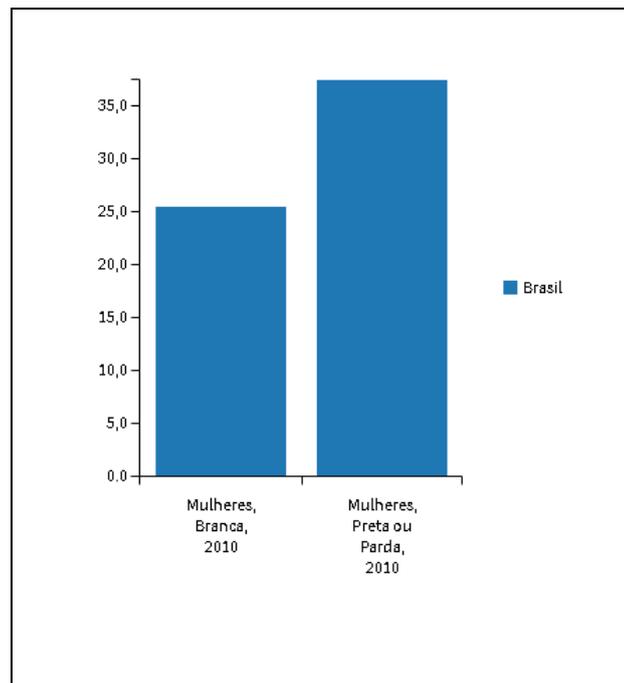


Fonte: IBGE

¹ Gráfico 1- Taxa de Analfabetismo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,3,4,-3,128&ind=4693>, Acesso em: 18/10/2019

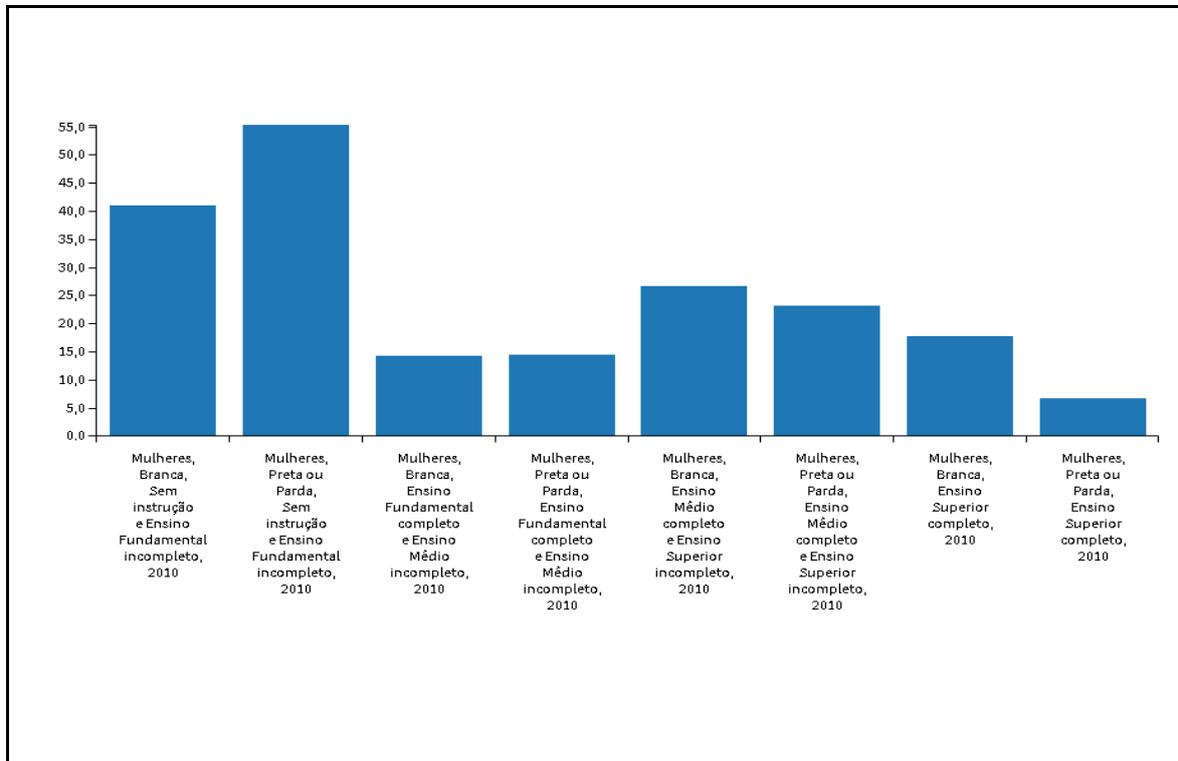
Em relação à educação de mulheres negras, diferença não é apenas no ensino superior, pesquisas apontam que o analfabetismo de mulheres negras, é duas vezes maior que o de mulheres brancas, em que mulheres brancas analfabetas é de 5,8%, enquanto o de mulheres negras chega a 12,4%. Pesquisas realizadas no IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), junto ao IBGE, mostram que a média de anos de estudos de mulheres negras em comparação ao de mulheres brancas também é menor, sendo que a mulher branca está com a média de 9,1, enquanto que a mulher negra está 7,7. Além disso, a taxa de evasão escolar de mulheres negras comparado ao de mulheres brancas também é maior 37,5%, enquanto o de mulheres brancas é de 25,4% como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2- Taxa de evasão escolar²



Fonte: IBGE

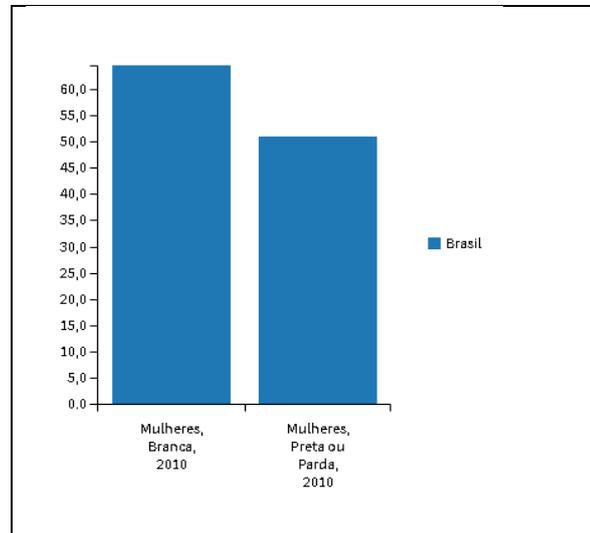
² Gráfico 2- Taxa de evasão escolar. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,3,4,128&ind=4701>. Acesso em: 18/10/2019

Gráfico 3- Taxa nível de instrução³

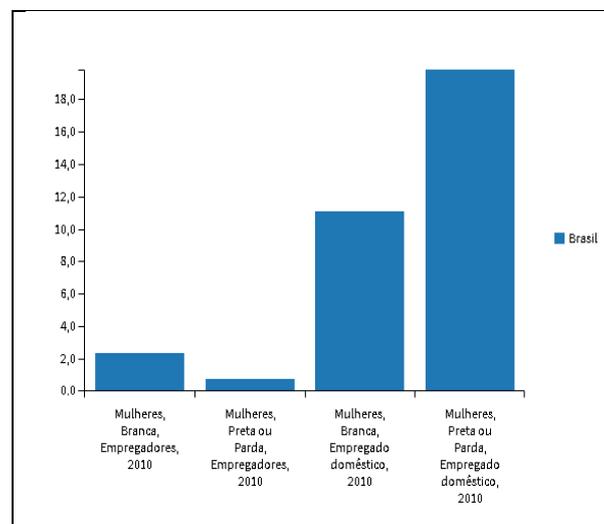
Fonte: IBGE

Quando se analisa a condição das mulheres negras em relação ao mercado de trabalho, também observamos a desigualdade, visto que o número dessas mulheres em trabalhos formais é menor que o de brancas na mesma condição, as mulheres negras são 50,8% enquanto as brancas são 64,3%.

³ Gráfico 3- Taxa nível de instrução. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=2,3,4,45,46,47,48,128&ind=4699>. Acesso em: 18/10/2019.

Gráfico 4- Taxa de trabalhos formais ⁴

Fonte: IBGE

Gráfico 5- Taxa de trabalhador/empregador (a) doméstico(a) ⁵

Fonte: IBGE (2010)

Além disso, a incidência de mulheres negras em trabalho doméstico é grande, em que o número de negras é de 19,8% enquanto o de brancas 11,1%. O número de mulheres

⁴ Gráfico 3- Taxa de trabalhos formais . Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?cat=2,3,4,-3,128&ind=4733&loc=0>. Acesso em: 18/10/2019

⁵ Gráfico 5- Taxa de trabalhador/empregador (a) doméstico(a). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?cat=2,3,4,93,102,128&ind=4731&loc=0>. Acesso em: 18/10/2019

negras empregadoras também é baixo quando comparado ao de mulheres brancas, visto que 0,7% de mulheres negras, enquanto o que de brancas é mais do dobro 2,3%.

A apresentação apoiando-se em estatísticas descritivas têm como principal objetivo evidenciar que mesmo que a mulher branca sofra a discriminação por gênero, a mulher negra é duplamente oprimida, por raça/gênero.

Segundo Spivak (2010, p.85), “pobre e negra” a qual preenche todos os requisitos que lhe conferem a condição de subalternidade: a da pobreza, a do gênero, a da cor, que fazem com que a mulher negra permaneça “no lugar” demarcado ideologicamente e que lhe foi reservado. E com a análise dos dados se confirma a realidade em que a mulher negra é imposta, e é claro a hierarquia das oportunidades sociais, relacionados à classe cor e gênero, no que podemos chamar de pirâmide social, nota-se que a mulher negra está inserida na base, como afirma Wissenbach (1996, p.131-214), “Marcadas pela escravidão a mulher negra, se mantém em uma posição inferior até mesmo dos homens negros na pirâmide”, e essa discriminação acontece com as mulheres negras desde a escravidão.

Com base na análise dos dados apresentados, fica evidente que a desigualdade social no Brasil tem cor e sexo, e continuar a mascarar esses problemas, não vai fazer com que eles deixem de existir. Precisamos reconhecê-los para que os mesmos possam ser resolvidos através de metas e ações públicas, para que a igualdade de direitos e oportunidades seja justa, sem distinções de qualquer nível.

Para Marcondes et al. (2013) o privilégio no mercado de trabalho é considerado um *locus* quando se analisa a desigualdade social. E a desvantagem de um determinado grupo social, em comparação a outros, se dá por todo um contexto histórico que traz marcas na atualidade. Apesar de que, atualmente se tenha uma luta maior, visando combater a desigualdade social, ainda assim persistem em relação a ocupações na educação, mercado de trabalho, em que se afeta as mulheres, os homens negros, e as mulheres negras, estas que são duplamente oprimidas, quanto pela questão racial quanto de gênero.

Em relação à desigualdade de gênero, apesar de as mulheres terem melhor desempenho educacional que os homens. Média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído como demonstra Marcondes et al. (2013), e os dados do IBGE (2010), ainda assim, elas enfrentam desafios sobre o retorno de seu rendimento escolar. A ocupação das mulheres em cargos de chefia, ou proprietárias-empregadoras ainda sim, é menor que a de homens. As desigualdades estão relacionadas à condição de gênero, em

que, as cargas horárias trabalhadas por mulheres são menores que as de homens, dada assim a necessidade de uma dupla jornada, e a grande concentração em empregos que tenham o salário mais baixo.

Como demonstra Marcondes et al. (2013, p.54) embora as mulheres sejam mais escolarizadas que os homens, elas continuam a ocupar cursos menos valorizados no mercado de trabalho, e a concentração dessas mulheres em cursos em cursos menos valorizados se dá pelo forte viés de gênero em carreiras universitárias.

Quando se examina as desigualdades raciais, no que abrange a mulher negra, analisa-se que a defasagem na educação, no mercado de trabalho, e na condição socioeconômica em comparação a de mulheres brancas. O que sustenta a opressão que sofrem essas mulheres em todos os âmbitos sociais, e a não presença delas em muitas áreas profissionais, como médicas, advogadas, engenheiras entre outras. Isso porque, segundo Davis (1981, p.103), mesmo depois de dada a liberdade, um grande número de mulheres negras ainda se mantinha no trabalho doméstico em busca de novas oportunidades, dentro de um contexto geral sobre a escravidão. É importante lembrar que Ângela Davis disserta sobre a escravidão nos Estados Unidos, a autora mostra a experiência das mulheres negras diante da desumanização, e aponta o enfrentamento dessa categoria de mulher durante e após-abolição, trazendo à tona o significado da experiência das mulheres negras no trabalho escravo para o feminismo e visibilizando as condições similares no pós-abolição, abordando a divisão racial e sexual, racismo e sexismo. A obra de Ângela Davis nos faz refletir que a abolição não significou, de fato, o fim da escravidão e, de outro, mostra a mulher negra como a primeira categoria de mulher no trabalho fora de casa, podendo então, fazer um paralelo com a realidade da mulher negra no Brasil.

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um vasto número de mulheres negras continuava a trabalhar no campo. Aquelas que se fizeram dentro da “casa grande” encontraram a saída em direção a novas oportunidades carimbadas e fechadas – a não ser que preferirem, por exemplo, lavar roupa em casa para um grupo de várias famílias brancas em oposição a um emprego, com uma única família branca tinha vários trabalhos domésticos. Apenas um ínfimo número de mulheres negras foi capaz de escapar aos campos, da cozinha ou de lavar roupa. De acordo com os censos de 1890, havia 2.7 milhões de raparigas e mulheres negras com mais de dez anos de idade. Mais de um milhão delas trabalhavam por

salários: 38,7% na agricultura; 30,8% serviços domésticos em casas; 15,6% no trabalho de lavanderia, e uma negligente percentagem de 2,8 na manufatura. (DAVIS, 1981, p. 103).

Segundo Davis (1981, p.103), “As poucas que procuram trabalho na indústria usualmente tinham os trabalhos mais sujos e mais mal pagos.”. Eram poucas as mulheres que procuravam trabalhos que não fossem domésticos, e quando os encontravam eram em condições precárias e mal remuneradas. Para Davis (1981, p.69), grande presença das mulheres negras nos serviços domésticos se dá desde a escravatura, em que as negras eram submetidas a ocupações como “amas-de-leite”, “mães-pretas”, “mulher reprodutora” e “escrava sexual”.

A equação ocupacional com as mulheres negras com o serviço doméstico não é, no entanto, um simples vestígio da escravatura destinado a desaparecer com a passagem do tempo. Por quase um século elas foram incapazes de escapar ao trabalho doméstico em número significativo. A história de uma mulher trabalhadora doméstica, recordada por um jornalista de New York em 1912, refletia a situação difícil das mulheres negras antes de décadas bem como muitos anos vindouros. ““Mais de 2/3 de mulheres negras da sua cidade eram forçadas a empregarem-se como cozinheiras, amas, lavadeiras, criadas de quarto, vendedoras ambulantes e porteiras, e eram apanhadas em condições”...” tão, mas como, senão até piores, na escravatura.” (DAVIS 1981, p.69)

No Brasil, a escravidão foi oficialmente abolida em 1888, mas mesmo que libertos os escravos não obtiveram nenhuma política pública que visasse sua inclusão na sociedade, mesmo que a lei garantisse a liberdade a realidade foi cruel, em que não conseguiam empregos, moradia, e não tinha acesso à educação e sofriam com o preconceito racial. Esses acontecimentos enraizaram a visão sócio cultural do povo negro, em especial da mulher negra, em que se criou um estereótipo sobre seus locais de ocupação.

De acordo com o *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (2013), os índices de alfabetização e escolaridade de mulheres negras, são menores comparados aos de mulheres brancas e homens brancos, o que conseqüentemente gera para a mulher e homens negros, condições de trabalhos inferiores, e menores rendas, o que ainda é mais forte para as mulheres negras.

A idealização da ocupação da mulher negra de acordo com Oliveira (2006, p.30) está muitas das vezes associadas a estereótipos de serviçal. Ainda atualmente se tem uma luta travada para as mulheres negras conquistarem seu espaço na vida acadêmica, visto que elas necessitam estudar mais que os homens e mulheres brancas.

Para a fuga de seus lugares que são “predestinados” em uma visão racista, e oportunidade de dar continuidade aos estudos, muitas mulheres negras optam em ser professoras. Segundo Gomes (1995, p.79), a justificativa pela escolha do magistério seria para se firmar um status social, já que antigamente ser professora era uma profissão de grande prestígio ou até mesmo para dar continuidade aos estudos para as mulheres negras. Para Gomes (1995, p.79), a atuação no magistério seria para a mulher negra a maneira de romper com as barreiras que são impostas a população negra no Brasil; sendo assim, o exercício na docência, mesmo que agora desprestigiado, é uma fuga dos “lugares” que são destinados a elas, em uma sociedade racista.

Ao se tornarem professora, ‘saíram do seu lugar’, isto é, do lugar predestinado por um pensamento racista e pelas condições sócio-econômicas da maioria da população negra brasileira – o lugar de passadeira, daquela que realiza serviços gerais –, para ocuparem uma posição que, por mais questionada que seja, ainda é vista como possuidora de status social e está relacionada a um importante instrumento: o saber formal. (GOMES, p.77)

Para Gomes (1995, p.79), a escolha do magistério se dá como uma ruptura a realidade em que vivia as mulheres negras, e que a escola era então um lugar de prestígio. Na presença de grandes indicativos sobre a desigualdade em que se encontra a mulher negra ao longo da história, sua presença marcante na educação infantil e básica, e sua ausência em outros campos educacionais.

Como constata Gomes (1995, p.79), a chegada ao magistério para a mulher negra constitui a culminância de múltiplas rupturas e afirmações, a saber, a luta pelo prosseguimento dos estudos, uma profissão que dá garantia de ter espaço no mercado de trabalho, uma profissão que possibilite dar espaço para atuar em outro trabalho e ou conciliar às atividades do lar. Nota-se então, que as relações de gênero e raciais são marcantes na vida de mulheres negras.

De acordo com Bruschini e Amado (1988, p. 6) apud Rabelo, Martins (2010, p.6168) o magistério é uma forma de controle velado sobre a ocupação da mulher no mercado de trabalho.

“De uma forma velada, o controle da sexualidade feminina justificaria, daí por diante, que mulheres trabalhassem com crianças, num ambiente não exposto aos perigos do mundo e protegido do contato com estranhos — especialmente os do sexo oposto.” Bruschini e Amado (1988, p. 6)

Até a independência não existia no Brasil a educação popular, mas depois de assinada a Lei 15-10-1827 Lei do Ensino de Primeiras Letras, em 1887, deu o direito a mulher a estudar, mas com restrições e com conteúdos diferentes aos dos homens. A partir disso, foi necessário a formação de professoras, pois os tutores deveriam ser do mesmo sexo biológico que seus alunos. O currículo feminino era diferenciado do masculino, as moças se dedicavam ao trabalho doméstico, enquanto os homens estudavam geometria, matéria essa que era critério para níveis salariais.

Nessa época, o currículo do estudo feminino era diferenciado do masculino: as moças se dedicavam à costura, ao bordado e à cozinha, enquanto os homens estudavam geometria. As mulheres professoras eram isentas de ensinar geometria, mas essa matéria era critério para estabelecer níveis de salário, portanto, reforçava-se com isso a diferença salarial. (Rabelo, Martins 2010, p.6170).

Mesmo que as mulheres tivessem direito a instrução, se era reforçado a discriminação sexual. A educação se aliava ao desejo das classes dominantes, aumentando a assim, a demanda por trabalhadores especializados. A pressão por educação, fez com que primeiramente se expandisse o número de professores masculinos, em seguida acentuou-se a admissão de mulheres, que era o único local onde elas podiam prosseguir com os estudos, simultaneamente acentuou-se a admissão de mulheres na Escola Normal, de forma aceita pela sociedade.

Houve um interesse político por trás da ampliação do acesso feminino ao magistério, as mulheres ganhavam menos, e para que se pudesse expandir o ensino para todos. Era necessário que o governo gastasse com mão-de-obra barata (Rabelo, Martins 2010, p.6171). Os líderes republicanos consideravam o magistério uma profissão feminina por excelência, e que as mulheres tinham “vocaçãõ” natural para a profissão, pois estavam

influenciados pelas teorias positivistas e burguesas, que julgavam que a mulher estava “naturalmente” dotada da capacidade para cuidar das crianças (Rabelo, Martins 2010, p.6171).

Após a segunda década do século XX, começaram a abraçar o magistério mulheres de situação financeira precária, que viam no estudo uma chance de ascensão social. Os homens que atuavam no magistério, de acordo com Rabelo, Martins (2010, p.6171), se dedicavam aos estudos e se promoviam no sistema educacional, iam para os cargos administrativos e de liderança. Enquanto as mulheres não tinham a mesma ascensão profissional, o que as fazia continuar na carreira de professora primária por longo tempo, ou até mesmo não sair dessa condição.

A forte tendência das mulheres se dedicarem à docência, houve o prolongamento no magistério secundário, em que a escolha pela licenciatura se dava por ser acessível e menos rigorosa.

Mas, como já estava consolidada a tendência de as mulheres se dedicarem à docência, houve um prolongamento dessa tradição ao magistério secundário. As mulheres acabavam por optar por cursos de licenciatura não apenas menos rigorosos na sua admissão mas também mais baratos, o que as levava a procurar as faculdades particulares, cujo custo reduzido de instalação lhes permitia se expandir de forma maior do que os outros cursos superiores. (Rabelo, Martins 2010, p.6171)

Apesar de que a educação tenha passado por mudanças na prática escolar, as feminização do magistério continuam sendo perpetuadas, desvalorizando o papel da mulher como docente, e distanciando os homens das salas de aulas infantis. Em que os homens optam por trabalhar em outras áreas com melhor remuneração, como as disciplinas específicas (Matemática, História, Geografia, Biologia etc.) ou os cargos de comando na educação Rabelo, Martins (2010, p.6173).

Para Teixeira (2003, p.36), ao ingressar no Ensino Superior marcam a descoberta de um novo indivíduo, este que se considera mais valorizado que antes. Para a autora a educação formal é de fato um vínculo de ascensão social. Sendo assim, fica perceptível a influência do gênero, no contexto escolar, em que para a mulher branca antes era um meio de ser ter a possibilidade de estudar, e ter um status social. Mesmo que essa profissão não fosse tão valorizada quanto a dos homens. Mas para a mulher negra, além da ascensão

social, o magistério é uma fuga de um lugar predestinado em uma visão racista, mas que ainda está ligado ao cuidado, e não a propriamente ensinar.

Nos próximos capítulos da metodologia e análise. A metodologia descrevendo todo os procedimentos utilizados para levantamento de dados, a seguir a análise das entrevistas, com as discussões acerca dos resultados obtidos.

3. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, pautando-se na revisão de literatura da temática proposta e nos procedimentos metodológicos do estudo de caso, contando como sujeitos docentes de uma escola pública da periferia de uma cidade do sul de Minas Gerais. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

Para Minayo (1999), na pesquisa qualitativa não podemos ter a pretensão de encontrar a verdade com o que é certo ou errado, ou seja, devemos ter como preocupação inicial à compreensão da lógica que perpassa a prática que se dá na realidade. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Para levantamento de dados utilizamos entrevistas semiestruturadas com as professoras da escola básica, para análise das relações de raça e gênero na atuação de professoras negras da Educação Básica e/ou anos Iniciais do Ensino Fundamental. Para que as identidades das professoras sejam reservadas, serão identificadas por nome fictício. Essas entrevistas contendo 6 questões, realizadas no ano de 2019, em uma escola pública periférica de uma cidade no interior de Minas Gerais. Esse questionário é composto por três questões fechadas, sobre a autodeclaração racial, formação e motivação para a escolha da profissão, e três com questões abertas para a professora falar livremente. Escolhemos realizar a entrevista em forma de questionário, para facilitar a coleta de dados, tendo de base a disponibilidade das professoras.

Foram selecionadas cinco docentes atuantes na educação infantil e/ou nos anos iniciais do ensino fundamental. A seleção se deu pela maneira que identificamos as professoras de acordo com seu pertencimento racial, tendo como pré-requisito mulheres negras. Como critério de exclusão professoras que recém ingressaram no magistério, pois como um dos objetivos específicos é analisar os motivos da permanência das entrevistas na educação básica/e ou anos iniciais do ensino fundamental. A coleta foi realizada por meio de questionário, seguido de análise dos dados conforme a teoria estudada. O principal objetivo do trabalho não é contabilizar o maior número de resultados, mas ter uma amostra da atuação da mulher negra no magistério, relacionando com os estudos realizados.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização da Escola

A escola em que foi realizada a pesquisa é localizada em um bairro periférico, que passa por diversos problemas sociais. Grande parte das famílias residentes do bairro são de baixa condição socioeconômica, há uma grande dificuldade de empregos, presença do tráfico de drogas, e violência, são alguns dos problemas enfrentados pela comunidade.

Atualmente a escola encontra-se estruturada fisicamente com:

08 Salas de aula

01 Biblioteca

01 Sala para a direção

01 Sala pequena de apoio pedagógico

01 Sala para professores

01 Secretaria

01 Cozinha

01 Dispensa

06 Banheiros (02 femininos, 02 masculinos, 01 de assistentes administrativos, 01 de professores).

01 Quadra de esportes

Pátio coberto e descoberto, refeitório.

Parque Infantil

Sala de recursos multifuncionais para atendimento Educacional Especializado

Foram realizadas melhorias junto a parceiros e amigos da escola, forró de três salas, pintura do muro e do portão, reforma do almoxarifado, que hoje é a sala da supervisão, foram fechadas algumas passagens dentro da escola, foram instaladas telas e portas visando a segurança dos alunos.

A escola organiza campanhas, promoções, contribuições espontâneas, doações e venda de bolos, achocolatados em uma vendinha, todo valor arrecadado ajuda financeiramente, aprovado pelo Estatuto da Caixa Escolar.

São atendidos cerca de 400 alunos, em dois turnos (manhã 07:00 às 11:15a.m e tarde 13:00 às 17:05pm), é ofertado o ensino Fundamental (1° ao 9° ano). A escola conta com o trabalho de 12 professores iniciais do Ensino Fundamental, 01 supervisora pedagógica, 08 auxiliares de serviços gerais, 01 cozinheira, 01 professora inicial em

ajustamento funcional na função de auxiliar de biblioteca, 01 secretaria, 01 auxiliar de secretaria, 01 assistente noturno, 01 chefe de setor, 01 vigia noturno, e 01 diurno (que pertence ao quadro de funcionários da P.M.L e uma Diretora).

A escola está organizada o programa básico de alfabetização nos três anos iniciais do ensino fundamental.

4.2 Autodeclaração e Formação

Para apresentar as professoras, optamos por nomeá-las em Amina, Zaria, Makeda, Nanny, Idia que fazem uma homenagem a antigas rainhas da África. A princípio apresentamos os dados sobre sua autodeclaração racial e sua formação. Assim, abaixo trazemos um quadro comparativo, para refletir sobre os aspectos mencionados.

	Amina	Zaria	Makeda	Nanny	Idia
Identificação	Preta	Preta	Preta	Preta	Preta
Formação	Pedagogia	Magistério Letras Pós em Psicopedagogia	Magistério	Magistério	Pedagogia Pós em neuropsicopedagogia Pós em educação especial

Analisando os dados iniciais das cinco professoras, notamos que todas se declararam como pretas. Da formação dessas professoras, três cursaram o magistério como formação inicial, a professora Zaria, ainda relata que seu ingresso no magistério não se deu por uma escolha pessoal, mas quando ela se mudou para Lavras, uma pessoa próxima da família foi encaminhando ela e seus irmãos para vagas nas “séries” que eles se encontravam, e com isso ela foi matriculada no magistério.

As professoras Amina e Idia cursaram Pedagogia, e a entrevistada Idia, é pós-graduada em psicopedagogia e em educação especial, e está se graduando em neuropsicopedagogia. A professora Zaria, após ter iniciado no magistério cursou Letras e fez pós-graduação em psicopedagogia.

Essas informações corroboram os dados que afirmam que apesar de as mulheres terem melhor desempenho educacional que os homens, média de anos de estudos mais

elevadas, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído como demonstra Marcondes et al. (2013), e os dados do IBGE (2010), ainda assim, elas enfrentam desafios sobre o retorno de seu rendimento escolar. A ocupação das mulheres em cargos de chefia, ou proprietárias-empregadoras ainda sim, é menor que a de homens.

4.3 Motivação para a escolha da profissão

Quando abordado o motivo para a escolha da profissão, cinco professoras relataram que se deu por uma realização pessoal. Apenas a Zaria relatou que sua entrada no magistério não foi por uma motivação individual:

“Eu não morava em Lavras, quando eu e minha família nos mudamos para cá, teve uma pessoa que foi nos encaminhado (a mim e meus irmãos), para as vagas na “série” em que cada um se encontrava. Enfim, fui matriculada no magistério, não escolhi, fui escolhida, nada é por acaso.” (Zaria, 2019)

Mesmo que se teve relato de que a escolha pelo magistério não se deu por uma opção, e as demais demonstraram que foi por uma escolha pessoal, através dessa entrevista percebemos que silêncio e o discurso da igualdade são os recursos mais usados pelas professoras negras e pela instituição escola, como afirma Gomes (1999).

Apesar de que, raça e gênero são fatores que influenciam na entrada de professoras negras no magistério, posição essa que antes era ocupada pelo homem branco, seguido de mulheres brancas de camadas médias, como afirma Gomes (1999). As professoras entrevistadas não demonstraram de forma explícita uma reflexão histórico-política sobre o que significa ser professora negra na história brasileira. A percepção que tivemos sobre a atuação das professoras são hipóteses que levantamos, o que pode se modificar caso fosse feito uma intervenção maior com as mesmas.

4.4 Influência do gênero na escolha pela profissão e permanência na Educação Básica

Das cinco entrevistadas, todas acreditam que ser mulher não influenciou na escolha pelo magistério. Todas as entrevistadas afirmam que permanecem na Educação Básica por gosto, apenas uma delas, a Nanny relata que a sua permanência na docência dos anos iniciais do ensino fundamental se dá também por comodidade. A Zaria relata que hoje ela só sente gratidão, e que a cada ano é um novo desafio, que ela mais aprende do que ensina.

Mesmo que, nos anos iniciais da escola onde foi realizada a coleta de dados não se tenha nenhum homem atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As entrevistadas não demonstraram se atentar ao fato de que, na educação infantil o público atuante é majoritariamente feminino, não apenas pela análise quantitativa de mulheres nos âmbitos educacionais. Mas também à concepção da profissão docente na sociedade que está sempre associada às características femininas e, por isso, está sendo cada vez mais desvalorizada (Rabelo; Martins, 2010, p.6168).

Não questiono que a opção profissional seja “gosto”. É necessário que se tenha consciência, que não são os fatores biológicos, e exclusivamente pessoais, que levam uma pessoa a fazer escolhas na sua vida, principalmente a opção profissional. A pessoa pode ter influências externas para servir de incentivo quanto a escolha profissional.

4.5 Discriminação racial

	Amina	Zaria	Makeda	Nanny	Idia
Discriminação racial	Não	Sim, foi vítima de uma professora	Não	Raça e Classe	Não

Das cinco entrevistadas apenas duas delas relatam que já sofreram ou presenciaram algum tipo de discriminação racial na escola. A Zaria relata que foi vítima de uma professora de um colégio particular, mas não detalhou sobre o ocorrido. E a professora Nanny descreve que já presenciou e/ou vítima de discriminação por classe social e raça.

Das entrevistas tivemos a sensação que as professoras preferem se abster sobre as relações de raça e gênero, mesmo que seja evidente que a desigualdade social no Brasil tem cor e sexo, e continuar a mascarar esses problemas, não vai fazer com que eles deixem de existir. Percebemos que o Mito da Democracia Racial faz as pessoas negar que exista o racismo no Brasil, como disserta Munanga (2016). Mesmo que uma pessoa seja flagrada

tendo uma atitude racista, é capaz dele dizer que o problema está na cabeça da vítima que é vitimista, e que a atitude não é racista. Isso tem a ver com as características históricas que o nosso racismo assumiu, um racismo que se constrói pela negação do próprio racismo” Munanga (2016). Desse modo, compreendemos que grande parte das professoras entrevistadas preferem negar ao racismo por acreditar que todos somos iguais, e que são dadas as mesmas oportunidades.

Precisamos reconhecê-los para que os mesmos possam ser resolvidos através de metas e ações públicas, para que a igualdade de direitos e oportunidades seja justa, sem distinções de qualquer nível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo foi muito importante, pois por meio dele foi possível aprofundar os conhecimentos sobre as relações de raça e gênero, pudemos fazer a análise de forma palpável e levantar questões e reflexões sobre a atuação docente das mulheres negras. O trabalho contribuiu para o entendimento de como as questões étnico-raciais e de gênero interferem nos processos de formação das mulheres negras, revelando como o racismo afeta a história individual e social dos sujeitos.

Este trabalho contribuiu para a formação de novos conhecimentos, e para uma reflexão sobre as relações de raça e gênero, pude fazer a análise de forma palpável e levantar questões e reflexões sobre a atuação docente das mulheres negras. O trabalho contribuiu para o entendimento de como as questões étnico-raciais e de gênero interferem nos processos de formação das mulheres negras, revelando como o racismo afeta a história individual e social dos sujeitos.

A metodologia de pesquisa foi um ponto chave que contribuiu para o efetivo desempenho desse trabalho. Pois, ela veio mostrar de forma concreta como o contexto histórico influencia até mesmo sem nos darmos conta sobre nossa realidade.

Por meio das entrevistas com as professoras, podemos concluir que mesmo de forma subjetiva, as relações de raça e gênero são presentes em nossas vidas, que é preciso ser aberto e ter criticidade para analisar o contexto histórico no qual estamos inseridos (as), e conseguir identificar os “rastros” que eles deixam no presente.

Dessa maneira, conseguimos analisar a docência das professoras negras, e as influências étnico-raciais e de gênero. Mesmo que as professoras optaram por negar que as relações de gênero influenciam na escolha profissional e que durante a entrevista não demonstrem achar relevante as questões levantadas. Acredito provocar uma reflexão sobre sua formação e sua atuação no contexto sócio histórico já é um grande avanço.

Acreditamos que para que a pesquisa pudesse melhorar, poderia ser feito antes uma intervenção junto às professoras demonstrando estudos sobre gênero e raça, para que dessa maneira causasse nelas uma reflexão integral sobre sua escolha profissional. E a realização de uma entrevista antes e após a intervenção para uma análise de resultados aprofundada.

Deste modo as professoras faziam uma reflexão sobre sua atuação com base nas respostas antes e depois de uma intervenção.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D; **As palavras e seus efeitos: o sexismo na publicidade**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, 2006.

BANDEIRA, L; **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade e Estado. Brasília. V.24. Nº2. P.401 – 438, maio/ago. de 2009

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

Dossiê mulheres negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil./ organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes – Brasília: Ipea, 2013.

FORMIGA, N. S; **Inventário do sexismo ambivalente em brasileiros: sua acurácia estrutural**. Salud e Sociedad. V.2. Nº2. P. 192 – 201. Maio – Agosto de 2012.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão, e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e prática. Belo Horizonte, RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1999.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2010, Uberlândia. *Anais...* Aveiro: FCT, 2010. p. 6167-6176. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Amanda_Rabelo4/publication/266244820_A_MULHER_NO_MAGISTERIO_BRASILEIRO_UM_HISTORICO SOBRE_A_FEMINIZACAO_DO_MAGISTERIO/links/5a20254c458515341c839373/A-MULHER-NO-MAGISTERIO-BRASILEIRO-UM-HISTORICO-SOBRE-A-FEMINIZACAO-DO-MAGISTERIO.pdf>. Acesso em: 14/11/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 07. Set.2018.

MADUREIRA, A. F. A; **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. 2007. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1610>> Acesso em: 15. Agosto.2019.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. [Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, Rio de Janeiro, 2003.

NASCIMENTO, B, B; AMORIM, R, S, R, V; MOTTA, D, G. **Sexismo e Educação: Produção Teórica**. VIII FIPED, 15 de agosto de 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA7_I_D1764_30092016225652.pdf>

RABELO, Amanda Oliveira; MARTINS, Antonio Maria. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do Magistério**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE

RAMOS, A. O; GIGER, J. C; GOMES, A; SANTOS, J; GONÇALVES, G; **Escala de cavalheirismo paternalista: Estrutura fatorial e correlatos com o sexismo ambivalente**. *Avaliação Psicológica*. 12 (3). P.333 – 340. 2013. ROMANOWSKI, J. P; ENS, R. T; As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROCHA, E. J. **Auto-declaração de cor e/ou raça entre alunos (as) paulistanos (as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório**. 2005. 156 f. Dissertação (Psicologia social) - Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17039/1/Binder1.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

ROSSI, Amanda. **Trump agora promete acabar com política que separa famílias de refugiados.** BCC, 20 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-sh/lutapelaabolicao>>. Acesso em: 05 de maio. de 2019.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe?. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], p. 106-120, 10 dez. 2000. DOI <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2000v5n2p99>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9162/7757>. Acesso em: 6 dez. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Negros na Universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas - escravos e forros em São Paulo (1850-1880).** São Paulo : Editora Hucitec, 1988.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A- Roteiro de Entrevistas**Roteiro de Entrevistas****1) Como você se identifica?**

- Branca
- Preta
- Parda

2) Formação:

- Magistério
- Pedagogia
- Outros

3) Motivação para a escolha da profissão:

- Realização pessoal
- Financeiro
- Status Social
- Facilidade do acesso à formação

4) Por qual motivo você optou em permanecer na Educação Básica?

- Por gosto
- Por comodidade

Outros: _____

5) Você acredita que por ser mulher influenciou na escolha pela profissão?

- Sim
- Não

Porque: _____

6) Você já presenciou ou foi vítima de algum tipo de discriminação racial na escola?

- Sim
- Não

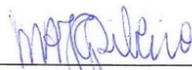
Qual? _____

APÊNDICE B- Autorização para Coleta de Dados

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ SERAFIM
Parecer nº 758/96 de 09-09-96
Rua: Hélio Lúcio do Carmo, 10
Bairro. Novo Horizonte - Lavras MG

Autorização para Coleta de Dados

Eu, **Marinete Aparecida Junqueira Guimarães Ribeiro**, responsável pela **Escola Municipal José Serafim**, Rua Helio Lucio Do Carmo, 10, Conjunto Habitacional João da Cruz Botrel, Lavras-MG, declaro que tenho conhecimento dos procedimentos/instrumentos aos quais os participantes da presente pesquisa serão submetidos. Assim, autorizo a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado "**Docência da Mulher Negra**", sob responsabilidade da pesquisadora **Profa. Dra. Luciana Soares da Silva e da estudante Gisele Alves Machado**, após a aprovação do referido projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa-UFLA.



Assinatura e carimbo

Escola Municipal José Serafim
Marinete Ap. Junqueira G. Ribeiro
Diretora
MASP: 0730-2 - Decreto 13841

Data: 15/08/19

ANEXO A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: A Docência da mulher negra
Pesquisador(es) responsável(is): Luciana Soares da Silva
Cargo/Função: Professora do Magistério Superior
Instituição/Departamento: Departamento de Educação
Telefone para contato: (35) 3829-4627 ou (11)98756-5526
Local da coleta de dados: Escola pública da periferia de Lavras-MG

II - OBJETIVOS

Geral:

Pesquisar a docência da mulher negra.

Específicos:

- Investigar o porquê da escolha pelo magistério;
- Analisar de que forma o racismo e o sexismo influenciam na docência das professoras negras;
- Analisar os possíveis motivos da permanência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

III – JUSTIFICATIVA

A pesquisa focaliza a mulher negra no Brasil, a partir do recorte da sua atuação no magistério. Assim, tem-se como objetivo pesquisar e causar reflexão sobre a docência da mulher negra, desde a escolha pela profissão e os altos índices de docentes negras na educação básica, buscando compreender os porquês dos dados e apoiando-se em uma análise da história dessas mulheres. No questionário a ser respondido pela docente, não constará identificação e todo o material coletado nas atividades será guardado e arquivado na sala de trabalho da pesquisadora responsável. Serão utilizados apenas para a pesquisa e não serão divulgados em outros meios de comunicação.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

Aplicação de questionário e tabulação dos dados.

EXAMES

N/A

V - RISCOS ESPERADOS

Risco: MÍNIMO

Acredita-se que possam existir desconfortos e riscos para o desenvolvimento dessa pesquisa, mas o risco é mínimo. Um risco esperado é que durante o preenchimento do questionário haja algum constrangimento ao entrevistada(o), caso aconteça será dada uma pausa e antes da retomada, tranquilizar a(o) entrevistada(o) sobre a importância e também da ética da pesquisa. Em caso extremo poderão ser interrompidas as entrevistas. Sendo assim, reconhecemos que o principal risco nesta pesquisa seja de discussões e desdobramentos que possam ocorrer acerca do tema e sobre a forma que é conduzida a a situação da mulher negra na sociedade atual.

VI – BENEFÍCIOS

A participante poderá fazer, por meio dessa pesquisa, uma reflexão sobre sua formação e sua atuação no contexto sócio-histórico em que está inserida, repercutindo em sua prática docente.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Será suspensa apenas em caso de impedimento de força maior de um dos integrantes da pesquisa.

Campus Universitário da UFLA, Caixa Postal 3037
37200-000 Lavras-MG – Brasil
E-mail coep@nintec.ufla.br

Fone 35 3829 5182
CNPJ: 22.078.679/0001-74
Site: http://www.prp.ufla.br/site/?page_id=440



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, ____ de _____ de 20__.

Nome (legível) / RG

Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Educação Telefones de contato: (35) 3829-4627 ou (11)98756-5526

Campus Universitário da UFLA, Caixa Postal 3037
37200-000 Lavras-MG – Brasil
E-mail coep@nintec.ufla.br

Fone 35 3829 5182
CNPJ: 22.078.679/0001-74
Site: http://www.prp.ufla.br/site/?page_id=440

ANEXO B- Parecer consubstanciado do CEPUNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** A Docência da Mulher Negra**Pesquisador:** LUCIANA SOARES DA SILVA**Área Temática:****Versão:** 1**CAAE:** 20223919.2.0000.5148**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Lavras**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 3.589.506**Apresentação do Projeto:**

Trata-se de um projeto de TCC orientado por uma professora do DED a ser desenvolvido com docentes negras que atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em uma escola pública do município de Lavras, MG, através da aplicação de questionários durante entrevista.

Objetivo da Pesquisa:

Pesquisar a docência da mulher negra, investigando o porquê da escolha pelo magistério. Analisar de que forma o racismo e o sexismo influenciam na docência das professoras negras e os possíveis motivos da permanência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora alega que o risco da pesquisa é MÍNIMO, podendo haver algum constrangimento durante a entrevista, podendo esta ser interrompida. Para minimizar esses riscos, a entrevista será realizada individualmente, garantindo o sigilo do nome da entrevistada.

A pesquisadora aponta como benefício a possibilidade da participante fazer, por meio dessa pesquisa, uma reflexão sobre sua formação e sua atuação no contexto sócio-histórico em que está inserida, repercutindo em sua prática docente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os critérios de inclusão e exclusão apresentados estão adequados:

- Critério de Inclusão: Mulheres autodeclaradas negras atuantes como professora na educação

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037**Bairro:** PRP/COEP**CEP:** 37.200-000**UF:** MG**Município:** LAVRAS**Telefone:** (35)3829-5182**E-mail:** coep@nintec.ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 3.589.506

infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

- Critério de Exclusão: Professoras recém ingressantes na carreira do magistério.

A pesquisadora apresentou o questionário que será utilizado na entrevista e as perguntas são adequadas à proposta da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta a folha de rosto assinada (sem carimbo) pela chefia.

Apresentou autorização da escola para participação dos estudantes e da professora.

O TCLE está adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não havendo pendências, proponho pela aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao Final do experimento o pesquisador deverá enviar relatório final, indicando ocorrências e efeitos adversos quando houver.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1407436.pdf	04/09/2019 18:43:38		Aceito
Outros	AutorizacaoEscolaGisele.pdf	04/09/2019 18:41:48	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	GiseleTermodeAssentimento.docx	04/09/2019 18:40:37	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito
Outros	GISELEComentariosEticos.docx	04/09/2019 18:32:57	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEGisele.docx	04/09/2019 18:31:18	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-000

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep@nintec.ufla.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS



Continuação do Parecer: 3.589.506

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaGisele.docx	23/08/2019 13:44:58	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito
Outros	QuestionarioGiseleAlves.docx	23/08/2019 13:42:32	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoGiseleCOEPassinada.pdf	23/08/2019 13:36:10	LUCIANA SOARES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LAVRAS, 20 de Setembro de 2019

Assinado por:
Giancarla Aparecida Botelho Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Campus Universitário Cx Postal 3037

Bairro: PRP/COEP

CEP: 37.200-000

UF: MG

Município: LAVRAS

Telefone: (35)3829-5182

E-mail: coep@nintec.ufla.br